

CONSEQUENCIAS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO PARA TRABALHADORES COM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA

Autora:

Lívia Gomes dos Santos¹

Co-autores:

Inara Barbosa Leão²

Priscilla Soares Teruya¹

Jeferson Renato Montreozol¹

Luciana do Carmo Ferreira³

Simone Menezes de Faria⁴

Angelita de Oliveira Almeida⁴

Endereço para correspondência: liviagomess@hotmail.com

¹Alunos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membros do GEPAPET – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho. Bolsistas do CAPES.

² Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, Professora do curso de graduação em Psicologia e dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenadora do GEPAPET.

³Psicóloga, membro do GEPAPET.

⁴ Alunas do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membros do GEPAPET – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho.

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir parte dos resultados obtidos pela pesquisa: Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção, realizada na cidade de Campo Grande – MS, pelo Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho – GEPAPET/UFMS, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Curso de Psicologia – Formação de Psicólogo, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Constituído por alunos dos Cursos de Mestrado e Doutorado no nível da Pós-graduação e pelos alunos do Curso de Psicologia – Formação de Psicólogo, no nível de Graduação, sob a coordenação da professora doutora Inara Barbosa Leão, a pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do MS – FUNDECT, do CNPq e da própria UFMS. Os resultados obtidos nesta são passíveis de generalização para o País.

Esta foi realizada com base nos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, teoria psicológica de orientação materialista histórico-dialética, que exige para explicitação dos aspectos abstratos a construção de uma base empírica, a qual foi composta por mil trabalhadores desempregados, que buscavam ocupação nas Agências de Intermediação de Emprego. Apresentaremos os resultados referentes aos

trabalhadores que realizaram cursos de Profissionalização Básica e Ensino técnico Profissionalizante; ambos os níveis de estudo têm como pressuposto o caráter tecnicista, o que faz com que os sujeitos não tenham a possibilidade de desenvolver mais profundamente suas Funções Psicológicas Superiores e retira deles a possibilidade de um real conhecimento da realidade circundante, o que só é possível através de uma educação crítica.

Falaremos também sobre os motivos apontados para a interrupção dos estudos.

1. Profissionalização Básica

Os cursos de Profissionalização Básica são cursos gratuitos, oferecidos pela iniciativa privada e/ou pelo poder público, que visam incitar o adolescente ou àquele que busca estes cursos a retomar ou permanecer em sua formação escolar formal, possibilitando assim o aumento de suas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho (em muitos casos, a contratação se dá na condição de aprendiz).

Esta denominação se refere aos trabalhadores que realizaram cursos de profissionalização que correspondem a uma preparação para atividades que não requerem escolarização acima do Nível Fundamental. No Brasil, a maior oferta desses cursos de curta duração, cerca de 40 horas, em média, é feita pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional e Social, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com financiamento do FAT e execução de entidades privadas, selecionadas pelas Secretarias Estaduais de Trabalho ou suas equivalentes. Em Campo Grande, bem como em todo o Estado de Mato Grosso do Sul esses cursos são oferecidos desde 1995. Porém, sua incidência na população pesquisada é insignificante, restringindo-se à 1%.

Encontramos 19 pessoas com este nível de formação profissional. Destes, 47,36% são solteiros e 42,10% são casados. Nesta condição de baixíssima escolaridade e qualificação profissional a maioria é de mulheres, que representa 57,89% dos entrevistados. Destes, 14 ou 73,68% tem dependentes, dos quais 4 possuem um dependente, dos quais 1 é o cônjuge e três são filhos; 4 possuem dois dependentes, todos sendo filhos; e seis possuem três dependentes, dos quais 4 são filhos, 1 é filho e esposa e 1 é esposo e enteada. A religião professada pela maioria (52,63%) é a Católica

Quanto às suas idades, a maioria se encontra na faixa entre 20 e 30 anos (47,36%), seguidos daqueles que têm entre 31 e 40 anos que são 31,57% desta amostra. Considerando a amostra geral, aqueles que têm apenas profissionalização básica são 13,6% da amostra com idades entre 20 e 30 anos.

Enquanto determinante das estruturas psicossociais, a educação institucionalizada é um componente da vida social, que se manifesta e concretiza-se nas formas de organização das atividades e das relações dos indivíduos, conformadas pelos interesses hegemônicos da sociedade. É como tal que implica na constituição da consciência humana, porque reflete como natural a organização social predominante das relações sociais na etapa em que se vive. Dos dados aqui acumulados, podemos deduzir que a educação profissional mesmo quando vinculada à educação geral vem respondendo às características específicas de diferentes períodos históricos. Mas, que em todos eles manteve como função implícita construir um tipo de subjetividade inerente ao trabalho social necessário. Como na nossa sociedade a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual acompanha a divisão da sociedade em classes, o primeiro vem orientando a educação geral para a classe hegemônica e o segundo a educação profissional para a classe dominada.

Alguns autores indicam que no Brasil as transformações inerentes à reorganização socioeconômica ganharam preponderância a partir da década de 1990. Quando a inserção da economia brasileira no processo de globalização gerou alterações importantes sobre os fluxos

de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica e sobre as relações de trabalho, pois a produção passou a visar a competição internacional intensificando a busca por qualidade nos produtos, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, surgindo a chamada reestruturação produtiva, que por sua vez demanda a flexibilização dos processos de trabalho. Na área tecnológica surgem as máquinas de multi-uso, adaptáveis às mudanças emergenciais, mas de operação muito simples por incorporarem componentes inteligentes.

No mundo do trabalho promoveram a mudança na divisão do trabalho, a diminuição dos ciclos de produção, consolidação das tecnologias da computação e da informática, que exigiram à título de polivalência, maior treinamento dos trabalhadores para adequarem-se aos novos processos produtivos.

A substituição do sistema de produção fordista pelo toyotista acarretou, por um lado, o aumento da produtividade e lucratividade, bem como o avanço tecnológico. Por outro lado, como conseqüências da modernização e da busca por mais produtividade ao menor custo, as empresas colocaram em prática cortes de pessoal e elevação da jornada de trabalho, piorando as condições de trabalho no Brasil. Favoreceu assim o crescimento do desemprego, do trabalho precário, com ampliação das desigualdades sociais, da pobreza, da exclusão e da economia informal.

A atual exigência de Educação Profissional deriva das políticas que visam viabilizar o que se convencionou chamar de Globalização referindo-se às transformações na ordem político-econômica mundial, tais como a internacionalização dos processos produtivos, bem como dos mercados financeiro e comercial, que transcende as fronteiras nacionais e, às quais Mato Grosso do Sul vem buscando integrar-se de forma acelerada incentivando a implantação de condições que propiciem a competição em escala global, tais como: busca por qualidade nos produtos, novas práticas administrativas etc. E no âmbito que nos interessa aqui, a difusão de uma economia do saber, em que a qualidade da força de trabalho, a ciência e a tecnologia aplicada à produção estabelecem os novos patamares da competitividade internacional.

É um processo de aceleração capitalista, que está multiplicando a riqueza e desencadeando forças produtivas numa escala sem precedentes. Neste mundo globalizado, a competição e a competitividade entre as empresas tornaram-se mais que antes, questões de sobrevivência e para isto está eliminando postos de trabalho também em escala global e num ritmo igualmente veloz. Sob esta mesma lógica, o capital deixa de investir na qualificação e requalificação de pessoal de determinados setores, principalmente naqueles onde se encontra a maioria da população, e transfere tal função para os governos, dentro das condições dos ajustes econômicos e políticos promovidos para os governos nacionais, como condição de participar do atual processo de mundialização do capital.

Esta crise do mundo no trabalho repercute sobre toda a vida social, atinge os processos de subjetivação dos trabalhadores e conseqüentemente as ações e condições de trabalho e de educação. É neste âmbito que a Educação Profissional, em todos os níveis é apresentada como funcional se atender às demandas do mercado de trabalho.

Porém, quanto ao que se refere às implicações para a educação, sabemos que é a formação de trabalhadores para ocuparem postos de trabalho existentes ou passíveis de existirem no mercado de trabalho e vincula a preparação às características destes postos: aos meios de produção – sejam eles a maquinaria, as técnicas, ou ao controle necessários à produção e à garantia da mais valia. Sob estas condições, temos qualificação profissional, termo que remete à ação de se qualificar profissionalmente, a formação considerada apropriada para uma função técnica especializada.

A qualificação profissional, requerida por uma atividade, está, portanto, dentro de um quadro mais amplo de relações, no qual se inscrevem as que o trabalhador guarda com os objetos de seu conhecimento e com as expectativas sociais sobre o que deve conhecer, saber

fazer e como deve se comportar. Essas relações, por sua vez, sofrem repercussões das mudanças na tecnologia empregada, nos processos de trabalho e na gestão empresarial. Elas têm a ver com a divisão sexual do trabalho, com os fatores étnicos e etários, o prestígio social da profissão, o jogo de interesses políticos e o poder que possui cada categoria profissional na correlação de forças existentes.

A qualificação profissional, nesse sentido, expressa a combinação, em dado momento histórico, de um conjunto de fatores que constituem as relações sociais que vivem os profissionais no exercício de sua atividade, mas não estão submetidas ao controle destes, gerando percepções e sentimento contraditórios que não permitem que se entenda a real situação sócio-econômica e as suas conseqüências para os indivíduos particulares.

2. Ensino Técnico Profissionalizante.

Também chamados de Cursos Técnicos, no Brasil esta categoria de cursos escolares visa preparar profissionais em nível técnico para o mercado de trabalho, podendo ser desenvolvidos em duas estâncias, uma vez que objetiva formar profissionais equilibrados no desenvolvimento de suas capacidades técnicas e intelectuais: realizar os cursos técnicos após a conclusão do ensino médio, ou concomitantemente com estes estudos (neste caso, a partir do 2º ano do ensino médio).

Quando integrados ao ensino médio, os cursos técnicos profissionalizantes tem, em média, duração de três a quatro anos, e, quando subsequentes, dois anos. São cursos que formam indivíduos qualificados e capacitados para atuar nas mais diversas áreas do mercado de trabalho, sendo opções curtas às faculdades.

No universo da nossa pesquisa encontramos que 3% de trabalhadores desempregados que cursou Ensino Técnico Profissionalizante. O Ensino Técnico Profissionalizante é uma modalidade de ensino oferecida no Nível Médio de escolarização. Dos trabalhadores que declararam estar desempregados com esta modalidade de ensino 63,33% são solteiros e 30% casados. A maior parte destes, 63,33% encontra-se na faixa etária entre 20 e 30 anos, seguida por 20% com idade entre 31 e 40 anos.

Ao contrário da amostra geral, na qual 54% dos desempregados são mulheres, neste nível de escolarização, apenas 33,33% é do sexo feminino. A metade deles possui dependentes, sendo que a maioria é de filhos. A maioria (30%) é católica.

Um número considerável (30%) fez mais de um curso, indicando que a o discurso da empregabilidade está presente e continua servindo como mais um recurso de alienação e controle de trabalhadores, que se sentem responsáveis pelo seu desemprego.

Quanto às áreas que mais concentram os trabalhadores desempregados com Cursos Técnicos Profissionalizantes, destacaram-se as áreas ligadas à informática e à administração. Estas são também as áreas onde a formação técnica é mais tradicional mas o alto número de desempregados parece indicar que estes não mais contemplam a demanda do mercado, ou seja, as suas funções voltadas para o controle do capital já está absorvida por programas e equipamentos.

Por isso temos proposto que para contemplar o desenvolvimento psicossocial e não apenas o mercado de trabalho, a formação profissional deve zelar pela preparação de sujeitos cada vez mais humanos: sujeitos que aprendam e tornem suas as capacidades sociais de agir, se emocionar, pensar e vice-versa. Esses que podem entender a realidade onde estão inseridos, através da análise dos determinantes desta realidade e perceber o trabalho como condição de construção da vida. Por isso buscam trabalhar de forma a influenciar para alterar as condições que impeçam a humanização de todos os indivíduos de qualquer espécie.

Se vão fazê-lo através de atividades que se apóiam especificamente no conhecimento desenvolvido por uma área da ciência, como profissionais especializados nela,

ou em qualquer outra atividade, que não tenha sua vinculação com este conhecimento, não o sabemos agora. Portanto, propomos usarmos os conhecimentos de cada área da ciência como meio para o domínio das funções psíquicas e físicas que permitem agir sobre o mundo.

Para trabalhar teremos que entender o mundo, o que fazemos nele e por que o fazemos. Precisamos saber analisar, decidir, planejar, avaliar, decidir, escolher como e com que agir para atingirmos os objetivos visados. Com isso não estamos dizendo que ensinar os conteúdos já acumulados pela ciência não seja importante. Estamos afirmando que ensinar a pensar criticamente qualquer conteúdo é mais importante, porque os conteúdos tidos como os melhores hoje podem não corresponder às necessidades de amanhã e os alunos que não tiverem a sua formação limitada ao domínio de técnicas próprias de cada momento podem vir a trabalhar em outras profissões amanhã, talvez em profissões que nem existem no hoje.

É por isso que, não podemos nos balizar pelo mercado de trabalho, porque este só existe como manifestação de uma condição imediata e como tal é pura abstração.

3. Motivo da interrupção dos estudos

Quando questionados sobre o motivo pelo qual interromperam seus estudos, notamos que aproximadamente 34% dos Trabalhadores Desempregados o fizeram para trabalhar, sendo que uma das pessoas declarou que precisava ajudar a família. Outros 22% informaram que foi por já estarem trabalhando e não conseguirem conciliar trabalho e estudo. Diante deste contexto, é interessante notar a contradição presente entre emprego e estudo, uma vez que muitas pessoas param de estudar porque precisam trabalhar, porém precisam de estudo para conseguir um emprego.

Ainda com relação ao porquê de terem parado de estudar, 22% afirmam ter parado porque casaram e os outros 22% tiveram outros motivos como: problemas de saúde, falta de interesse e dificuldade em chegar à escola, pois morava no interior do Estado e precisava se deslocar vários quilômetros para estudar.

Tal quadro mostra-se contraditório, pois a necessidade de trabalhar e as dificuldades financeiras constituem os motivos prevalentes para que o abandono dos estudos e, ao mesmo tempo, se convive com as declarações oficiais que o desemprego se deve à falta de mão-de-obra qualificada. Outro aspecto é que os mais qualificados constituem 90% dos trabalhadores desempregados; confirmando que o desemprego, na era do capital financeiro, se transformou em “moeda de negociação” para (mal-)remunerar o trabalhador que queira ingressar ou retornar ao mercado de trabalho, ou como afirma Saviani (2005), o desemprego deixa de ser um fator de crise para se tornar um fator de controle das crises. Nessa nova “visão”, a educação passa a ser considerada uma esfera altamente lucrativa de investimento do capital, com as instituições de ensino, privadas e públicas, sendo organizadas e administradas segundo a lógica das empresas.

REFERÊNCIAS

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO – GEPAPET – PPGEdU/UFMS – GE. **Relatório Final do projeto de pesquisa As Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção.** FUNDECT, CNPQ, UFMS, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.